



ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO NÚCLEO RURAL LAGO OESTE
Núcleo Rural Lago Oeste – Rua 08 – Chácara 187 – 73100.000
Sobradinho –DF – Fone 3478 1335 – 3478 1336

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
24 DE AGOSTO DE 2014

Compuseram a Mesa: Eduardo Pinheiro Guerra, Djalma Nunes da Silva, Célio Ernesto Brandalise, e Leonardo Mendonça Brito, que a secretariou;

Pauta: a) Recapeamento da DF-001: andamento; b) Reunião com SPU-DF/correção da PVG; c) AEntrega do Plano de Ocupação/Projeto de Endereçamento; d) Regularização/EIA-RIMA: andamento; e) Recadastramento dos associados; f) Valor da jóia da Asproeste; g) Conserto das ruas: os trabalhos em 2014; h) Produção Rural/Empório Rural; i) Áreas Públicas no Lago Oeste: chácaras 10 e 555; j) Eleições na Asproeste; k) Assuntos Gerais.

Desenvolvimento: o **presidente Guerra** abriu a Assembléia às 10h00 agradecendo a presença de todos e informando que o recapeamento da DF-001 não tinha sido iniciado porque a empresa AW Engenharia, que vencera a licitação para executar os serviços, havia desistido; explicou que o preço base da obra, estabelecido pelo DER-DF, fora de R\$8 (oito) milhões, e a empresa vencedora propusera R\$6 (seis) milhões, valor que ela própria, então, considerara baixo, desistindo da execução; duas outras empresas, que participaram da concorrência foram chamadas, porém não aceitaram o valor proposto pela desistente, conforme determina a legislação, obrigando o DER-DF a abrir nova licitação que, segundo informações não oficiais, deve terminar em outubro, indicando o início das obras para novembro, o que a Asproeste não acredita que vá acontecer, infelizmente.

Seguindo a pauta, o **presidente Guerra** passou a detalhar a reunião mantida com os dirigentes da SPU-DF, iniciando pelo Projeto de Endereçamento: esclareceu que, após sua aprovação pela Comissão escolhida para analisar os projetos elaborados por especialistas, o projeto definitivo precisava ser analisado e validado pelos Correios, que não aceitavam seu encaminhamento diretamente pela Asproeste; todos os órgãos distritais procurados não assumiram esta responsabilidade, o que foi feito, na reunião, pela SPU-DF, que encaminhará ofício aos Correios indicando não ter qualquer óbice ao projeto de endereçamento do Núcleo Rural Lago Oeste, aprovado pela Asproeste na forma das plantas anexas. **Um participante** perguntou se haveria mudança de numeração, sendo informado que as ruas permanecerão como são, incluindo a Rua 00, mas que a numeração das chácaras será mudada, seguindo o padrão tecnicamente adotado em processos desta natureza; ficou acertado, de qualquer modo, que a Asproeste iria inserir o novo endereçamento em seu site, para que todos pudessem tomar ciência dos novos endereços antes mesmo deles serem implementados.

A seguir, informou ele que a SPU-DF resolvera acatar, oficialmente, as ponderações da Asproeste em relação às poligonais da região: para efeito de cadastramento das chácaras, valerão as poligonais já registradas em cartório, que serviram de base para a realização do geo-referenciamento feito pela Greentec, contratada pela Asproeste; com isto, resolvem-se as

pendências, criadas por servidores da SPU-DF, que têm dificultado alguns cadastramentos, não sendo mais consideradas, por este órgão, pequenas diferenças hoje existentes.

Em relação às chácaras situadas na Fazenda Contagem de São João que, antes, não tinham áreas pertencentes à União e, por isso, ainda não estão cadastradas na SPU-DF, o **presidente Guerra** informou que seus ocupantes terão que pegar os memoriais descritivos e mapas na Asproeste e entregá-los na SPU-DF. **Um participante** indagou se não seria mais fácil a própria Asproeste encaminhar todos estes documentos à SPU-DF, sendo informado que isto tinha que ser feito diretamente pelo ocupante.

O **diretor Célio** explicou, então, que a Fazenda Contagem de São João foi oficialmente registrada como pertencente à União em 1993, constatando-se, depois, que faltara uma área de 607 (seiscentos e sete) hectares para registrar. A poligonal foi refeita posteriormente, pelo Incra, Ministério do Exército e o Paulo Fortes, que era morador do Lago Oeste, incluindo-se, então, partes de chácaras que estão na borda da Chapada. Estas chácaras terão que se cadastrar na SPU-DF, levando os documentos que ela exige, inclusive o memorial descritivo e respectivo mapa, sendo importante avisar que os ocupantes terão que pagar a taxa de ocupação retroativa em 05 (cinco) anos, conforme determinado pela legislação. No caso das chácaras situadas na Fazenda Palma-Rodeador, a taxa só é retroativa a 2012 porque esta fazenda só foi registrada em nome da União em 2012. Lembrou, ainda, o **diretor Célio**, que o cadastramento está temporariamente suspenso em todo o Brasil, porque a SPU nacional está fazendo uma unificação das normas de cadastramento. Prosseguindo, informou, também, que aquelas chácaras da borda da Chapada que já estavam registradas, terão que refazer o cadastramento, por causa das mudanças feitas nos limites estabelecidos pela nova poligonal, sendo estabelecido que se houve redução ou aumento de área, o novo valor da taxa de ocupação só terá validade em 2015, não cabendo qualquer ressarcimento de valores já pagos, no caso de redução. Outra informação, no caso de chácaras na borda da Chapada a serem cadastradas: a SPU-DF irá aceitar declaração de próprio punho do ocupante dizendo que a chacara é produtiva desde os 05 (cinco) anos anteriores, correndo os riscos da lei aqueles que fizerem declaração falsa a respeito, bem como será absolutamente necessário que o ocupante disponha, em 2015, do devido certificado de produtividade emitido pela Emater-DF, lembrando o **diretor Célio** que estas declaração e certificação são importantes porque a chacara produtiva paga uma taxa de ocupação no valor de 2% (dois por cento) do valor da terra, e não 5% (cinco por cento).

O **presidente Guerra** recomendou a todos os participantes que guardassem os memoriais descritivos originais, entregando cópias para as entidades que os solicitassem, vez que o documento original poderá ser necessário no momento de se fazer a transferência de titularidade das terras da União para o ocupante. Explicou ele que a Asproeste fizera uma consulta ao cartório de Sobradinho sobre a validade ou não de memoriais descritivos com assinatura digitalizada, tendo este solicitado que a consulta fosse feita ao Incra, responsável último pelo registro de áreas rurais. Consultada a SPU-DF, então, esta sugeriu que a Asproeste fizesse cópias de todos os memoriais arquivados, levando-as para assinatura do técnico que os elaborou, mantendo, assim, uma cópias com assinatura original na própria Asproeste, o que foi acatado pela diretoria, e está sendo providenciado. **Um participante** insistiu na validade da assinatura digital, sendo informado que o tema ainda é muito questionável, especialmente por cartórios. **Outro** sugeriu fazer cópias autenticadas em cartório, mas foi lembrado que o

assunto já estava encaminhado satisfatoriamente, em termos gerais, cabendo a cada ocupante, caso o desejasse, autenticar sua própria cópia, como mais uma garantia.

Outro assunto abordado com a SPU-DF, disse o **presidente Guerra**, foi relativo a uma chácara na área da fazenda Palmas-Rodeador, que dispunha de 02 (dois) registros: um feito com memorial descritivo gerado pelo geo-referenciamento da Asproeste, e outro com memorial gerado por ex-servidor da SPU-DF, e informou que o problema está sendo apurado pela Superintendência, porém não deverá acontecer mais nenhum caso, vez que a SPU-DF decidiu aceitar apenas memoriais elaborados pelo geo-referenciamento da Asproeste, basicamente porque é este que constará do EIA-RIMA do Lago Oeste. **Um participante** pediu a palavra para fazer um apelo: que a diretoria da Asproeste convocasse mais assembléias, vez que as pautas estavam ficando muito extensas, o que prejudica discussões mais aprofundadas dos assuntos, o que foi acatado imediatamente.

Continuando, o **presidente Guerra** informou que outro problema que se arrasta há bastante tempo no relacionamento entre Asproeste e SPU-DF, a situação do Condomínio dos Jornalistas, também foi discutido na reunião, tendo definido a SPU-DF, claramente, que só fará a regularização do Condomínio se o número de casas autorizadas na área for limitada a 201 (duzentos e uma), equivalendo isto a 67 (sessenta e sete) áreas de 02 (dois) hectares, que é o que comporta a área total pertencente à Cooperativa Habitacional dos Jornalistas. O **diretor Célio** complementou informando que os ocupantes de lotes no Condomínio não terão escritura personalizada, vez que a escritura será da área toda, pertencente à Cooperativa.

Outro assunto discutido com a SPU-DF foi a correção do valor da PVG, que determina o valor da taxa de ocupação, para o ano de 2014: disse o **presidente Guerra** que a Asproeste tinha enviado ofício à Superintendência Regional solicitando explicações sobre os critérios usados pelos técnicos para estabelecer esta correção, considerando que o percentual definido para o Lago Oeste foi o mais alto de todas as terras da União no Distrito Federal, até mesmo que o de Vicente Pires, sabidamente uma região mais valorizada; a SPU-DF havia respondido o ofício dando uma explicação técnica que não conseguiu, na avaliação dos diretores da Asproeste, convencer, sendo o questionamento, portanto, levado à reunião. A SPU-DF repetiu a explicação técnica, que envolve a correção feita para o Lago Oeste em 2013, depois de mais de 10 (dez) anos sem qualquer correção, e a falta de bases ou índices confiáveis para as correções de outras áreas do Distrito Federal, acrescentando que o Tribunal de Contas da União vem contestando os valores cobrados pela União, considerando-os abaixo da realidade. O **diretor Célio** acrescentou que um dos critérios para correção da PVG é o valor de mercado das terras em questão, lembrando que, pelo que tem observado principalmente em relação à áreas a partir da Rua 12, uma chácara está sendo negociada entre 150 (cento e cinquenta) e 200 (duzentos) mil reais, o que poderia dar razão ao TCU, dizendo que era intenção da Asproeste, então, avaliar melhor este assunto, consultando inclusive o advogado, antes de tomar alguma iniciativa mais efetiva. **Um participante** informou que pagava mais pelo m² (metro quadrado) de sua chácara que outra chácara da sua rua, e foi informado que isto existe realmente, sendo originário dos primeiros tempos de estabelecimento do valor da taxa de ocupação para o Lago Oeste, sendo uma questão a ser discutida particular e diretamente com a SPU-DF

Encerrando o item relativo à reunião com a SPU-DF, o **presidente Guerra** disse que a reunião fora muito produtiva, não se concretizando as desconfiças da diretoria da Asproeste em relação a uma possível má vontade dos atuais dirigentes da SPU-DF em relação ao Lago

Oeste, e passou a discorrer sobre o próximo item da pauta: Plano de Ocupação e Uso do Solo. Lembrou que especialistas contratadas pela Asproeste haviam apresentado versões do Plano na Assembléia de fevereiro último, quando todos os participantes foram convidados a participar da Comissão que iria analisar e aprovar o Plano definitivo a ser encaminhado, via Greentec, para a análise e aprovação do Ibram, como parte integrante do EIA-RIMA. Afirmou que a Comissão realizou 03 (três) reuniões, a última delas com a participação de 13 (treze) pessoas, as quais aprovaram, por unanimidade, o Plano de Ocupação e Uso do Solo do Núcleo Rural Lago Oeste, que já fora entregue, pela diretoria da Asproeste, à Greentec, responsável por uma revisão final antes de entregá-lo, bem como o anexo Projeto de Endereçamento, ao Ibram, praticamente os últimos documentos a serem analisados por este Instituto, antes da liberação da Licença Corretiva do Lago Oeste. Explicou, então, que o associado e membro da Comissão Maurício Laxe, com apoio de outros 03 (três) associados, vinha argumentando que o Plano era uma espécie de constituição do Lago Oeste, havendo necessidade de sua apresentação e aprovação em Assembléia antes de ser encaminhado ao Ibram. Dada a palavra ao mesmo, este se apresentou e disse que fez parte das duas Comissões, de Endereçamento e do Plano de Ocupação e enfatizou que este não é um documento qualquer, pois precisará ser conhecido e obedecido por todos os ocupantes do Lago Oeste como uma garantia que esta região permanecerá sendo rural e de preservação ambiental. Perguntou, então, aos presentes quem conhecia o Plano, tendo 03 (três) pessoas levantado a mão. Reafirmou, então, sua proposição no sentido de haver uma assembléia exclusiva para conhecimento, avaliação e aprovação do Plano que, no seu entendimento, tinha que conter itens socioambientais fundamentais, como a gestão de resíduos sólidos, a gestão dos recursos hídricos, o saneamento rural e tratamento dos rejeitos residenciais, a recuperação ambiental, além da questão do tratamento das divisas, item em que não houvera consenso na Comissão.

O **presidente Guerra** retomou a palavra para esclarecer que até mesmo este item, do tratamento das divisas, chegara a um bom termo na última reunião realizada pela Comissão, da qual o Maurício Laxe não participara, lembrando que sua contestação fora posterior a esta reunião em que o Plano fora aprovado pelos presentes, contestação esta que recebera, também posteriormente, a adesão de outros dois membros da Comissão, mantendo-se, de qualquer modo, a maioria favorável à aprovação e encaminhamento do Plano à Greentec. Mesmo assim, em respeito aos presentes e ao reclamante, afirmou o presidente Guerra que colocaria em votação sua proposta, cabendo à Assembléia homologar ou não o procedimento adotado pela diretoria da Asproeste, dando o Plano como aprovado pela Comissão e encaminhando-o à Greentec, o que já fora feito.

O **vice presidente Djalma** pediu a palavra para dizer que fora contrário, inclusive, a formação de uma Comissão para analisar o Plano de Ocupação, vez que o documento elaborado pelas especialistas contratadas pela Asproeste atende especificamente o Termo de Referência elaborado pelo Ibram, e que determina o que pode e o que não pode ser feito no Lago Oeste, do ponto de vista do meio ambiente. O que foi aprovado na Comissão é até mais restritivo que o Termo, pois ele observou, inclusive, regras que estão sendo estabelecidas no Plano de Zoneamento do Parque Nacional de Brasília, que ainda nem foram aprovadas. Está havendo um atraso muito grande para aprovação do EIA-RIMA do Lago Oeste, e a demora para realização e aprovação do Plano de Ocupação é uma das razões, sendo preciso reafirmar que a aprovação final deste Plano é responsabilidade do Ibram, que ainda realizará uma audiência pública antes da aprovação do EIA-RIMA, no qual este Plano de Ocupação estará inserido.

Um participante, ao qual fora explicado que a discordância em relação ao tratamento das divisas, era a possibilidade de se construir ou não muros na frente das divisas das chácaras, questionou qual seria o prejuízo para o Lago Oeste a existência ou não de muros, vez que considerava que eles tinham a ver com a segurança das chácaras, sendo contestado pelo **presidente Guerra** que considera que divisas transparentes podem representar até mais segurança, já que os vizinhos podem ver se uma chácara está sendo assaltada, no momento em que isto esteja ocorrendo. Lembrou, no entanto, que é preciso conciliar o exigível pelo Plano com a situação já existente e que é necessário haver um regramento mínimo prevendo várias situações, como casas situadas não em espaços próximos em chácaras vizinhas, em que a existência de um muro iria preservar a segurança, a acústica e a privacidade entre os ocupantes. E reafirmou que o Plano de Ocupação, ao permitir a construção de muros ou muretas em até 40% (quarenta por cento) da extensão de todas as divisas de uma chácara, mantendo transparência nos outros 60% (sessenta por cento) da área, satisfaz plenamente o interesse de moradores e as exigências ambientais. Outro participante insistiu em que o cercamento de uma chácara deveria ser opcional a cada ocupante, sendo informado que era necessário estabelecer algumas regras, o que estava previsto no Plano ora aprovado.

O **diretor Célio** pediu a palavra para dizer que era muito remota a perspectiva, levantada pelo Maurício Laxe, de o Lago Oeste ser transformado em área urbana, como aconteceu com o Vicente Pires, por causa da situação geográfica da região, totalmente cercada por áreas de preservação ambiental, como o Parque Nacional de Brasília e a Reserva Biológica da Contagem. Assim como não é possível, a esta altura do povoamento do Lago Oeste, de se fazer algum corredor ecológico de livre acesso da fauna da região, lembrando que até a exigência de reserva legal vem sendo discutida no caso de áreas já ocupadas como o Lago Oeste.; e em relação aos recursos hídricos, a gestão já vem sendo conduzida pela Adasa, não só acompanhando a qualidade e a quantidade existente de água, através de dois poços instalados na Asproeste, como no planejamento da implantação de novos poços na região.

O **presidente Guerra** retomou a palavra para dizer que estava colocando em votação a seguinte proposição: homologar ou não o encaminhamento que a diretoria da Asproeste deu ao assunto, dando, assim, o Plano de Ocupação e Uso do Solo como aprovado; em caso positivo, o Plano permaneceria na Greentec para entrega ao Ibram; em caso negativo, o Maurício Laxe faria o encaminhamento de sua proposta quanto ao destino do Plano. Realizada a votação, a Assembléia homologou o encaminhado dado pela diretoria por 45 (quarenta e cinco) votos a 05 (cinco).

Antes de prosseguir com a pauta, o **diretor Célio** informou que havia solicitado ao advogado da Asproeste para tomar as providências no sentido de tentar resolver, particularmente, a questão da ação que vários associados movem contra a União, relativas ao valor da taxa de ocupação cobrada em 2000 e alguns anos subsequentes. Explicou que havia a possibilidade, por haver casos já aceitos, de a União aceitar os valores depositados em juízo desde que a ação fora iniciada, como pagamento da taxa de ocupação referente aqueles anos. Disse mais que, no seu caso, já havia uma decisão da Advocacia Geral da União, a qual o advogado ainda não tivera acesso, mas em caso positivo isto seria comunicado a todos os que participam destas ações para verificarem o interesse ou não de tomarem a mesma atitude, vez que era sabido que a SPU-DF não regularizaria chácaras em que houvesse pendências judiciais. **Um participante** disse que participava da ação contra a taxa de ocupação e fora informado, em 2013, que poderia pagar o boleto diretamente, não mais depositando na Justiça, já que,

como ocupante de chácara produtiva, era mais vantagem fazer assim, tendo o **diretor Célio** explicado que não havia nenhum problema em tomar esta decisão, mas que, com isto, ele estava saindo da ação automaticamente, ficando o dinheiro depositado na Justiça até então, mantido em seu nome até o final da ação.

O **presidente Guerra** retomou, então, a pauta e disse que o processo de regularização estava caminhando regularmente, estando a Greentec fazendo uma revisão geral de todos os itens do EIA-RIMA, incluindo os referentes às exigências feitas pelo Ibram, encerrada a qual, todo o processo será re-encaminhado ao Ibram para aprovação definitiva, cabendo a este, por sua vez, marcar a audiência pública, último ato antes de liberar a licença corretiva.

Continuando, informou que a Asproeste estava promovendo uma reestruturação em seu gerenciamento administrativo-financeiro, de modo a aumentar a transparência de suas ações junto aos associados; para isto, estava contratando um novo servidor que passaria a hospedar todos os dados cadastrados dos associados, bem como os de natureza econômico-financeira, para que os associados, devidamente munidos de senha própria, possam acessar o site da Asproeste, atualizar seus dados, emitir seus boletos e acompanhar os atos da diretoria. Explicou que o primeiro passo deste processo fora a reformulação e atualização do site, já efetivada, o segundo passo, em execução, está sendo migração dos dados dos associados para o sistema informatizado, terminado o qual, será iniciado o terceiro passo, que será a informatização dos dados contábeis e bancários e distribuição das senhas privativas dos associados. Daí, passou a palavra ao **vice presidente Djalma** e ao **diretor da Lavínia Designer**, empresa contratada para elaborar e conduzir este processo, que deram explicações sobre o assunto. Um participante perguntou se o sistema permitiria o cadastramento de caseiros, sendo informado, por **este secretário**, que o sistema iria solicitar informações sobre caseiros, domésticas e prestadores de serviços temporários, porém a informação básica sobre os mesmos dependia do interesse dos ocupantes das chácaras em dá-la ao sistema.

Dando continuidade, o **presidente Guerra** disse que o Estatuto da Asproeste estabelece que todo interessado em pertencer ao seu quadro associativo precisa pagar uma taxa de adesão, taxa esta, hoje, da ordem de R\$300,00 (trezentos reais), considerada elevada pela diretoria, tanto que tem impedido muitos ocupantes de chácaras de se associarem. Lembrou que a Asproeste não é um clube, em que o dono do título de sócio, ao sair, pode vendê-lo para outro, nem um condomínio, em que os moradores são obrigados a pagar uma taxa para cobrir as despesas comuns; declarou a importância da Asproeste ter um quadro associativo que abranja o maior número possível de usuários de chácaras, pela força política que isto representa no momento de se fazer reivindicações junto às autoridades governamentais. Lembrou que este assunto já fora objeto de discussão em assembleias anteriores mas que, agora, decidira a diretoria levar formalmente uma proposta à votação na Assembleia, no sentido de se aprovar uma redução do valor desta taxa de adesão, já que ela não podia ser abolida enquanto o Estatuto não fosse reformado. Colocou, então, em votação a proposta de reduzir o valor da taxa de adesão à Asproeste ao equivalente a uma mensalidade, atualmente R\$68,00 (sessenta e oito reais), o que foi aprovado por unanimidade.

O próximo item foi informado pelo **diretor Célio**, dizendo que as máquinas para realizar os serviços de conserto das ruas já tinham sido prometidas pela Coordenadoria das Cidades do GDF, já haviam feito algum trabalho na Basevi, foram requisitadas para outro local e já tinham retornado à Basevi, devendo vir para o Lago Oeste em seguida; no entanto, as ruas que não fizeram os consertos em 2013 não estavam se mobilizando para realizá-los este ano,

com as exceções de praxe, e, caso não façam isto, acabarão não tendo os serviços realizados este ano também. **Um participante** questionou quanto ao conserto das ruas transversais, sendo informado que a Asproeste gostaria de realizar o conserto das transversais também, porém dependia do tempo em que as máquinas iriam ficar disponíveis para o Lago Oeste.

Informou **ele**, também, sobre a reunião de produtores a se realizar no próximo sábado, dia 30 de agosto, na Asproeste: como as anteriores, a reunião contará com a Emater, Sebrae e o engenheiro agrônomo Tomita e, desta vez, para discutir o orçamento de algumas produções, bem como a participação de cada uma destas entidades no processo de implantação da produção orgânica no Lago Oeste. Um participante perguntou se não havia abertura para a produção de peixe neste processo, sendo informado que a possibilidade existia, vez que a Emater-DF dispõe de técnicos para acompanhar a piscicultura. Continuando, o diretor Célio informou que a Asproeste já estava finalizando o processo de construção do novo Empório Rural do Lago Oeste, substituindo as barracas hoje existentes entre o Flamingo e o Colorado. Explicou que o projeto fora acordado entre a Asproeste, Secretaria de Agricultura e Fundação Banco do Brasil, que iria resultar numa estrutura de 400 (quatrocentos) metros quadrados a ser construída na entrada do Lago Oeste, logo após os quiosques lá existentes, ao custo de R\$490 (quatrocentos e noventa) mil reais. A obra será paga pela FBB, que contratará a construtora, ou seja, não há dinheiro da Asproeste envolvido e nem o dinheiro da FBB passará pelos cofres da Asproeste. Terminada a obra, ela será repassada à Associação, a quem caberá gerenciar o novo Empório Rural, com feirantes e artesãos do Lago Oeste e arredores, sendo estabelecido um tempo para que o mesmo se torne um pólo de comercialização de produtos orgânicos. Um **participante** quis saber se havia espaço para abrigar novos feirantes, além dos que já participavam da feirinha existente, sendo informado que o assunto ainda seria discutido com profundidade, já que o número de “stands” não seria muito grande, mas havia possibilidade de se promover ‘stands’ comuns, como já acontecia na feirinha atual, em que uma das feirantes vendia produtos de uns 10 (dez) produtores do Lago Oeste. Prosseguindo neste assunto, o **diretor Célio** disse que, conseqüência das reuniões de produtores havidas até agora, a Comissão de Turismo havia proposto a reabertura da feirinha da Asproeste, o que acontecerá no próximo dia 06 de setembro, sábado, a partir das 08 horas da manhã. E convidou todos os produtores e artesãos do Lago Oeste a se inscreverem para vender seus produtos, avisando que os produtores orgânicos certificados iriam participar, mas que ela não estava restrita a eles. Disse, também, que esta feira não terá a mesma conotação da anterior, cujo objetivo era tornar-se um ponto de encontro de moradores e ocupantes de chácaras do Lago Oeste, pois o seu objetivo é incentivar a produção agrícola no Lago Oeste, abrindo um canal de comercialização na própria região, como aconteceu no Vicente Pires. Quanto a feirinha anterior, informou que a diretoria da Asproeste está avaliando a possibilidade de seu retorno.

Em seqüência, o **presidente Guerra** anunciou que a Asproeste conseguira uma grande vitória em sua luta para implementação de equipamentos públicos no Lago Oeste: por sua solicitação, a SPU-DF havia transferido a posse da Chácara 10, com 06 (seis) hectares, para o GDF, que lá construirá uma escola completa, incluindo quadra coberta e campo de futebol abertos à comunidade. A cessão já foi registrada cartorialmente e haverá outra área, a Chácara 555, que também será repassada para o GDF, para lá implantar outros equipamentos públicos, como posto de polícia, centro de saúde e posto do corpo de bombeiros.

Para encerrar, o **presidente Guerra** anunciou que as eleições para a direção da Asproeste para o biênio 2015/16 estão previstas para o próximo dia 30 de novembro, conclamando os presentes a se envolverem no processo, tanto se interessando em formar chapas par disputar os cargos de conselheiros como de diretores executivos, quanto incentivando amigos e vizinhos a participar do processo. E nada mais havendo a tratar, encerrou ele, às 12h40, a Assembléia Geral Extraordinária, da qual foi extraída a presente ata, que vai assinada por ele, que a presidiu, pelos diretores presentes e por mim, Leonardo Mendonça Brito, que a secretariei.

Eduardo Pinheiro Guerra
Presidente

Djalma Nunes da Silva
Vice presidente

Célio Ernesto Brandalise
Diretor Administrativo